

# Do popular ao cidadão ou A Didática da Cidadania

*Jussemar Weiss Gonçalves\**

## Resumo

Este artigo discute a contribuição de Condorcet para a elaboração de uma teoria da educação pública na modernidade. Através da análise dos conceitos que Condorcet apresenta em sua obra, se pode apreender um conjunto coerente de elementos sem os quais a compreensão dos fundamentos da educação pública se tornam problemáticos, ou mesmo impossível.

**Palavras-chaves:** Razão, Educação, Público, Métodos de Ensino, Saber, Democracia, República, Revolução, História.

## Résumé

Cet article discute la contribution de Condorcet pour l'élaboration d'une théorie d'éducation publique dans la modernité. À travers l'analyse des conceptions que Condorcet présente dans son œuvre, on peut dégager un ensemble cohérent d'éléments sans lesquels la compréhension des fondements de l'éducation publique devient problématique, voire impossible.

**Mots-Clé:** Raizon, Éducatioin Publique, Méthode D'enseignement, Savoir, Démocratie, République, Revolution, Histoire

---

\* Professor da FURG

A tempestade que se anunciava, com o nome de revolução francesa, trazia em seu bojo um conjunto de decepções: a decepção de uma larga fração da intelectualidade, a erosão de uma prática da autoridade vista como toda poderosa, a acusação aos que detinham o poder como os causadores da infelicidade social e a esperança partilhada em uma era nova. A relação complexa de pensamentos e afetos, de realidades objetivas e percepções subjetivas, constituem talvez a condição necessária para que toda revolução se inscreva na ordem do pensável

Assim, a questão da educação pública que a partir da revolução se insere na ordem do realizável sofre, mesmo, em função dos acontecimentos, uma profunda revisão. A mediação do ponto de vista da filosofia é feita por Condorcet, que realiza uma transição do pensamento iluminista em direção à uma concepção política da educação pública. Ele faz essa transição através da construção de uma visão singular de educação pública. Notamos já em Kant uma preocupação com a educação pública, mas é Condorcet que faz com maestria a construção política de uma justificativa para a existência de uma educação pública, como espaço público. Trabalhando com os conceitos do pensamento iluminista, ele vai além ao propor uma educação que representaria um processo de democratização do conhecimento. É ele que realiza a conjunção entre soberania e saber popular, é ele que percebe a importância, para exercício do voto, da qualificação da ação, via escola pública. Pela primeira vez no ocidente é criada uma justificativa para uma educação pública e democrática. "Último grande filósofo da luzes, primeiro grande filósofo revolucionário, Condorcet assegura a continuidade entre os enciclopedistas e a revolução de 1789"<sup>1</sup> De fato Condorcet é o "único filósofo reconhecido no antigo regime a ponto de ser o secretário perpétuo da academia real de ciências, membro da Academia Francesa, discípulo de D'Alembert e de turgot, a tomar parte da revolução. Foi o único a pertencer aos dois mundos sucessivos da filosofia das luzes e da política revolucionária"<sup>2</sup>. Seu pensamento sobre a educação pública nos possibilitou romper com a dicotomia que se colocava entre o preceptorado individual aos moldes de Rousseau e a educação patriótica de um Rabaut Saint-Étienne ou de um Le Peletier de Saint-Fargeau. Ele é o filósofo do progresso, da reversibilidade e do espírito crítico. Condorcet não apenas nos diz porque é importante em uma república a educação dos jovens, como também nos alerta para o motivo que leva alguns regimes a não mais querer

<sup>1</sup> Condorcet. *Écrits sur l'instruction: Rapport Sur L'Instruction Publique*. Paris, Edilig 1989 Texto apresentado anotado e comentado por Charles Coutel. P. 30

<sup>2</sup> Furet, François. Apresentação; in K. M. Baker. *Condorcet: raison et politique*, Paris Hermann, 1988. p.VII

instruir a juventude, fazendo com que a república se torne uma democracia gestonária e a educação pública um imensa aparato burocrático e ineficaz.<sup>3</sup>

Os trabalhos de Condorcet foram inegavelmente influenciados pela revolução francesa<sup>4</sup> que proclama igualdade entre os cidadãos. No entanto, essa influência não o fez perecer com a revolução, no sentido de produzir uma obra presa à conjuntura e aos conflitos dos grupos que se degladiavam pela direção da revolução. É clara a diferença de seus escritos em relação aos dos montagnards que propunham entre 1792 e 1793 uma educação aos moldes da educação espartana, igualitarista, ou mesmo do Girondino Rabaut Saint-Étienne, ou do moderado Durand de Maillane e mesmo dos ultras montagnards Le Peletier e Bouquier. Essas diferenças são atravessadas por clivagens políticas, que se manifestam na orientação dada por cada um desses autores a sua concepção de educação pública em relação à vontade política, em última instância à concepção de soberania., como dizem os apresentadores das Cinq Mémoires: "Segundo o lugar relativo acordado a questão da verdade e do erro ou aquela da vontade política, se optará por uma das duas versões. Aquela que coloca a educação pensando a soberania popular em termos de vontade como último lugar da legitimidade. Aqueles que colocam a instrução supondo uma autoridade mais alta que a da soberania popular imediata: aquela da razão esclarecida, faculdade do erro e da verdade, cujo lugar está em cada um."<sup>5</sup> É a razão comum que funda a vontade comum, diz Condorcet, e não o inverso.<sup>6</sup> É essa capacidade de, mesmo reconhecendo a filiação política da educação pública, não ceder a construção de princípios que a fundamentariam a um processo de politização completa, do tipo "tudo é política"<sup>7</sup>. Apenas indiretamente a tarefa da educação é política. Essa politização completa de alguns dos autores dos Rapport talvez explique a profunda oscilação entre uma "proposta na qual o povo revolucionário inteiro seria seu próprio educador,

<sup>3</sup> ----- Op. Cit. P.29

<sup>4</sup> Quanto a participação de Condorcet na revolução francesa, ver o livro : Condorcet : Un intellectuel en politique de Elisabeth e Robert Badinter.Paris. Fayard, 1988. Neste livro, a partir do capítulo VII, tem-se uma descrição das atividades políticas e intelectuais de Condorcet durante o período revolucionário até a sua morte em 1794

<sup>5</sup> Condorcet. CINQ MÉMOIRES SUR L'INSTRUCTION PUBLIQUE. Paris,Flammarion,1994. Apresentação, notas, bibliografia e cronologia de Charles Coutel e Catherine Kintzler. P. 34

<sup>6</sup> Condorcet, Op. Cit. p.62

<sup>7</sup> O lugar do político no social é uma questão colocada para a democracia, a partir de Revolução e que se estenderá até a 3ª república. As propostas irão desde a politização completa do espaço social até completa institucionalização do espaço político. Esta discussão acompanha a construção do popular enquanto sujeito político, e se liga necessária mente a questão da natureza da soberania.Do ponto de vista da educação essa politização exacerbada levou a projetos como o de Bouquier(1793) ou de Le Peletier(1793) preconizavam o fim de toda diferença intelectual entre os homens. Como bem assinalou Kintzler(1987, pp 249-250) e Coutel e Kintzler (1989, vol. 2 p.20) esses projetos eram marcados por um igualitarismo radical, rejeitando até a idéia do cultivo de talentos individuais, na verdade eram propostas anti -intelectuais muito pêsas ao momento revolucionário no qual foram elaboradas.

e na qual a escola era simples complemento(Bouquier-1793), até a proposta da constituição de 1795-junho que deixa claro que o grande sonho de educar todo o povo se desarticulou, e a lei de 22 de outubro de 1795, onde o que se coloca não é mais a regeneração da nação , mas a formação de elites para o estado burguês"<sup>8</sup>. É isto que o faz radicalmente moderno em relação a seus contemporâneos, rompendo o circulo conjuntural no qual a maioria de seus colegas do comitê de instrução pública se perdem propondo um conteúdo educativo para a cidadania moderna.. Para isto ele se coloca frente a um problema , que é aquele de articular a ordem da cidade – a política – e aquele do acesso a humanidade.- a pedagogia – e aquele da verdade—a epistemologia. Sua modernidade está em não voltar-se para o passado , como fazem alguns de seus contemporâneos , quando pensam essa articulação, já que desde a antigüidade é a primeira vez que um povo é confrontado diretamente com o problema da soberania ,sendo autor ele próprio.<sup>9</sup> Condorcet rompe com o modelo antigo de pensar a ordem epistemológica, apoiando-se no modelo vigente em sua época, que pode ser caracterizado por uma ordem racional--tudo que pode ser conhecido pode ser ordenado e por uma literalidade.—a idéia de que é possível a transmissão integral dos conhecimentos. A importância dessa ruptura aparece fundamentalmente no que tange as formas de reprodução do saber, que não mais estariam ligadas a um sistema totalmente subjetivado como era o caso da conversão ,ascèse e de relações com seres tidos como superiores, gurus. É isto que torna possível pensar a educação dos indivíduos, e daí uma educação pública, já que todos podem ter acesso ao conhecimento,(todos são seres racionais) que na modernidade é humanizado, ou seja, produzido e reproduzido pelo homem. Assim, pensar a educação pública como faz Condorcet é dar forma concreta a uma questão que era até então apenas de natureza filosófica, é, em outras palavras, educar, dar forma a uma racionalidade, a uma cultura na qual novos instrumentos mentais – a razão- e materiais--- o livro--entram em cena, e na qual a questão da verdade e do erro assume uma outra conotação vinculada ao desenvolvimento da autonomia de cada sujeito. Sua obra educativa<sup>10</sup> coloca questões sobre a educação e a sua relação com o saber , com a cidadania , com o sufrágio universal ,com a formação dos mestres , que mostram que sua reflexão sobre este assunto foi uma das mais completas do período revolucionário. Seus trabalhos dedicados à arte de formar os homens, revelam que a educação para ele aparecia como as condições de

<sup>8</sup> Julia, D. Les trois Couleurs du tableau noir : La Révolution. Paris,Belin,1981. p.11-12

<sup>9</sup> Condorcet. Op. Cit. p.19

<sup>10</sup> Fundamentalmente Les Cinq Mémoires constituem a matriz do pensamento de Condorcet,podendo-se acrescentar ainda Rapport Sur L'Instruction Publique, L'Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain e Fragment sur l'Atlantide. Ver citação número 1

possibilidades para uma política lúcida. A educação aparece em Condorcet através de uma problemática política, ou seja, o sufrágio universal, que na verdade revela uma discussão da natureza da qualidade da participação popular. Pensar a educação era uma forma de resolver o problema da natureza da soberania, ou da relação entre maioria e verdade. A validade do voto universal depende da capacidade de compreensão, por parte dos votantes, da situação política. Para Condorcet isto era uma questão eminentemente educacional, de política educacional. Era uma questão política fazer a maioria ter condições de acesso a Razão, ter condições de compreender a vida política. É por isto que para ele a educação aparece como condição para a liberdade política, como condição para a formação de um sujeito político autônomo, já que ela visa ajudar a todos os cidadãos a deliberar com ele mesmo e com os outros. Para Condorcet, a cidadania não "dá em árvore" e nem é fruto do espírito santo "é necessário um trabalho cultural educativo árduo e ativo para tornar possível a adesão à cidadania. Educar para cidadania era para ele construir uma razão popular capaz de aprender e julgar as leis como também as respeitar. É a educação que permite a adesão aos direitos do homem<sup>11</sup>.

### **Educação como Espaço Público Republicano**

A partir do momento em que a revolução decretou a igualdade de todos, rompendo de uma vez a tradição hierárquica na política, colocou ao mesmo tempo um problema. Como fazer para construir a partir desse fato o novo sujeito para uma nova forma de ação política. É a partir dessa interrogação que o pensamento de Condorcet sobre educação adquire sentido e importância para a modernidade.

A teoria da educação pública supõe uma reflexão sobre a constituição de um povo legislador. Isto diz respeito a uma questão também de natureza filosófica, que se refere ao tipo de decisão merece e exige submissão. Assim, rompido o laço com a submissão de natureza hierárquica que caracterizaria o mundo do súdito, se faz necessário refundar uma legitimidade em outras bases nas quais a obediência se constituiria através de um processo fundamentado na razão. "Supondo que eu deva obedecer a uma autoridade, é preciso que ela prove, não que tem sempre razão, o que em política é sempre impossível, que para cada decisão se garantiu a possibilidade do erro e se pensou em como evitar no momento de tomada de decisão."<sup>12</sup> Obedecer não é, nesse caso, aceitar, mas a partir da razão

<sup>11</sup> ver citação número 1 p.7

<sup>12</sup> Condorcet. Cinq Mémoire sur L'Instruction Publique. Paris, Flammarion,1994. Apresentação, notas, bibliografia e cronologia de Charles Coutel e Catherine Kintzler. P. 21

participar de uma decisão onde o erro foi pensado e levado em conta e, dessa forma, a decisão adquire legitimidade ,pois não é nem falsa ou supérflua. Obedecer significa, então, a formação de um corpo político e não de uma coleção de vontades que se autorizariam a regulamentar não importando o que e o como<sup>13</sup>. A lei pensada dessa forma surge como resultado de uma reflexão sobre sua necessidade e coloca também para a ação política uma idéia de humanidade. Para Condorcet, a ação política, que se inaugurava com a revolução francesa ,exigia outras habilidades do espírito ,exigia a reflexão crítica, o retorno, uma reflexão sobre o erro, como forma de se proteger dos enganos. O corpo político pressupõe um retorno à abstração como alavanca da ação e nunca um ativismo cego. A reflexão sobre o povo legislador parte do pressuposto que nenhuma pessoa pode ser excluída do corpo de cidadãos, já que todos são seres racionais, capazes de racionalizar sua vontade .Passo a passo Condorcet vai aproximando sua idéia de soberania, ou seja , da natureza da legitimidade da autoridade na democracia, a sua teoria da instrução pública.

Em uma sociedade que distribui desigualmente os saberes, e impede o acesso ao conhecimento como , então, evitar a cegueira na hora da decisão, como evitar o erro se o corpo de cidadãos vive de fato uma "desigualdade de instrução"<sup>14</sup>. Se os votantes são cegos, as decisões serão imbecis<sup>15</sup>. É preciso possibilitar ao cidadãos as condições intelectuais para evitar o erro. "As luzes não podem ser concentradas, nem em uma casta, nem em uma corporação exclusiva"<sup>16</sup> É por isto que as luzes em Condorcet aparecem como constituindo a liberdade." Mais ce degré d'ignorance où l'homme, jouet du charlatan qui voudra le séduire, et ne pouvant défendre lui-même ses intérêts, est obligé de se livrer en aveugle à des guides qu'il ne peut ni juger ni choisir; cet état d'une dépendance servile , qui en est la suite ,subsiste chez presque tous les peuples à égard du plus grand nombre, pour qui dès lors la liberté et l'égalité ne peuvent être que des mots qu'ils entendent lire dans leurs codes, et non des droits dont ils sachent jouir"<sup>17</sup>É preciso instruir. Fazer das luzes um projeto popular, tornar acessível ao povo o saber produzido pela humanidade, e constituir uma educação universal, como condições essenciais sem as quais as decisões de uma assembléia são meros plebiscitos Ao propor uma educação universal e necessária como condição para uma verdadeira democracia "Cette obligation consiste à ne laisser subsister aucune inégalité qui entraîne de

---

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_ Op. Cit. p.21

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_ Premier Mémoire. P.62

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_ Op Cit. p.23

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_ Premier Mémoire. P.63

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_ Op. Cit. p. 63

dépendance"<sup>18</sup>, Condorcet se distancia de alguns filósofos iluministas que como Diderot não acreditavam em uma educação universal, já que, o povo não teria necessidade de ser instruído porque seria depositário de uma verdade intuitiva. Uma espécie de instinto político que o faria capaz de perceber o que é bom, tornando ,assim inútil a educação, ou mesmo uma razão A Nova forma que a política assumia na modernidade exigia uma atenção especial a educação, já que a passagem do súdito ao cidadão não se fazia de forma automática, era necessário romper a divisão desigual dos saberes que instituíam uma proletarização política. Para ele o povo não tem razão porque é povo mas porque ele é esclarecido, tem consciência. Nada mais perigoso para a democracia e a liberdade que o refúgio na intuição, como também o chamamento ao sentimento cego e ao espontânisimo popular"<sup>19</sup> A liberdade política, a igualdade de direitos que fazem a democracia exigem como condição concreta da realização que os sujeitos se transformem em cidadãos, ou seja, em homens capazes de tomarem decisões razoáveis. "Para que o sufrágio universal seja legítimo, para que a liberdade seja possível realmente , é preciso que os saberes , os conhecimentos, não sejam reservados a uma elite de sábios, mas estendidos a todos"<sup>20</sup> Sem instrução o sufrágio se torna cego, e se abre espaço a demagogia Razão e sufrágio são conciliáveis na medida em que cada um aceda a instrução. Não uma instrução global a moda revolucionária<sup>21</sup>, mas uma educação mínima indispensável ao acesso aos conhecimentos, o que permitira a cada cidadão construir sua liberdade. A escola não tem a função de tornar os homens idênticos do ponto de vista dos saberes. Seu papel é agir para que a diferença de saberes e de talento não se constituam em uma desigualdade de direitos. O que pretende Condorcet, ele deixa claro no Premier mémoire, é separar identidade de saberes e igualdade jurídica, direitos e deveres devem ser iguais para todos perante a lei civil. A educação ,para Condorcet, é a condição filosófica para a formação de um sujeito político autônomo. Negar isto, ou mesmo dificultar o acesso é fazer de um povo soberano seu próprio tirano. Mas não é qualquer saber que serve ao processo de libertação da tutela de outro . Existem saberes que reduzem o homem as suas utilidades imediatas, outros se apoiam em saberes míticos religiosos, enfim, é preciso sempre procurar o saber que liberta. Esta escolha que faz Condorcet ligando liberdade e instrução ,advém de sua escolha pela luzes, já que ele a percebe

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_ ibidem. P.61

<sup>19</sup> Ver : Condorcet : Une Conception anti-mesmérique, in Robert Darnton : La fin des Lumières, Perrin,1988

<sup>20</sup> Condorcet. Premier Mémoire: Nature et objet de L'Instruction Publique. Paris, Klincksieck, 1989. Introdução e notas de Bernard Jolibert. P. 12

<sup>21</sup> Alguns do Rappports(destaca-se os de Bouquier e Le Peletier) propunham uma educação global,uo mesmo buscavam a destruição da diferença de sabers entre os homens.Toda desigualdade é apresentada como um mal que é preciso erradicar.Ver citação 6

como produtora de um saber aberto e fundado em uma razão que a tudo perquire. Luzes para Condorcet é uma "metáfora que representa a idéia de esclarecimento progressivo, um tipo de desenvolvimento passo a passo de um saber que se torna mais e mais sintético"<sup>22</sup>. A instrução é a primeiro passo em direção a possibilidade de julgamento, em direção a razão , entendida : " não como uma faculdade estática , positiva , mas, ao contrário, como um instrumento de julgamento, dinâmico e dialético"<sup>23</sup>. A razão, assim pensada, se constitui em condição primeira de um poder sobre si mesmo. Enquanto faculdade individual ela é coextensiva a humanidade. "Ela é mesma em seu princípio em cada homem e a educação visa o seu exercício, o que somente será possível com a ajuda do outro"<sup>24</sup> A preocupação de Condorcet é evitar novos assujeitamentos. Para isto se faz necessário, de um lado, entender as luzes como um projeto crítico "Éclairer avant d'appliquer ou de manipuler,exercer sa raison en toutes circonstances avant de songer à l'efficacité: tel est le programme proposé"<sup>25</sup>. De outro lado , encontrar uma forma saber de que permita ao cidadão julgar, a partir de princípios. Em função desta preocupação, Condorcet elabora um conceito de saber escolar que aparece na Second Mémoire, na parte que trata da Réflexions sur la méthode d'enseigner" En formant le plan de ces études, comme si elles devaient être les seules, et pour qu'elles fussent à la généralité des citoyens, on les a cependant combinées de manière qu'elles puissent servir de base à des études plus prolongées, et que rien du temps employé à les suivre ne soit perdu pour le reste de l'instruction."<sup>26</sup> Tendo já definido um determinado aporte as luzes—crítico— e construindo uma idéia de saber escolar, resta a Condorcet resolver o problema de: a quem confiar a educação pública. Condorcet chega a esta questão a partir da discussão sobre a extensão das luzes e que seu crescimento significassem também um acréscimo de direitos e equidade. O problema estava que não se poderia deixar as luzes simplesmente a mercê da vontade dos indivíduos; as luzes em si são boas; o problema era a forma de sua extensão. Era necessário precisar de quem seria a função de educar. Para determinar essa função ele lança mão da diferença feita por Rousseau entre vontade de todos e vontade geral. Esta diferenciação aparece no contrato Social. Para ele há duas maneiras de tratar a população, uma é pensa-la em seu bem –estar geral, ou a sua felicidade comum, ou em sua tranqüilidade, e tratar essas questões de forma quantitativa e global. É o ponto de vista da

<sup>22</sup> Condorcet. Premier Mémoire: Nature et objet de L'instruction Publique. Paris, Klincksieck, 1989  
Introdução e notas de Bernard Jolibert. P. 15

<sup>23</sup> Op. cit. p. 20

<sup>24</sup> Ibidem. P. 21

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_ Op Cit, p. 25

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_ Second Mémoire. P. 130-131



administração, que observa a vontade de todos. O outro é considerar a população não como um aglomerado, mas tratar como um corpo de indivíduos distintos e tratar cada desses indivíduos como incarnação abstrata que se chama sujeito jurídico, definido como um conjunto de direitos e deveres. Este é o ponto de vista político, do estado que tem por objeto a vontade geral. Esta distinção entre vontade de todos, que não é mais do que uma coleção de vontades particulares, e a vontade geral que é aquela do cidadão abstrato, é muitas vezes negligenciada. Cada um individualmente pode não querer fazer o serviço militar, não pagar impostos, viajar sem pagar a passagem do ônibus. Este aglomerado de vontade expressa tão somente a vontade particularizada de cada um, nunca a vontade geral. A vontade geral parte de um indivíduo universal, aquele cuja vontade poderia ser a vontade de outro em uma palavra: o cidadão. Visto dessa forma o sujeito pagaria os impostos, seu lugar no ônibus etc. Esta distinção fundamental que Rousseau faz opondo a coleção de vontades particulares, mesmo quando é unânime, à universalidade da vontade geral, chamada depois por Kant de vontade universal, marca sua construção jurídica da cidadania, e modifica o tratamento dado a questão das Luzes. É preciso provar que as Luzes são um progresso não para uma humanidade tomada enquanto uma coleção de indivíduos, mas pelo reconhecimento e estabelecimento dos direitos de cada um. Daí parte Condorcet indo além da argumentação que diz que a ignorância é sempre uma perda de liberdade, ele propõe ter sempre em vista o interesse público, do cidadão e não a utilidade social, do bem-estar individual. É preciso abandonar a perspectiva da sociedade civil e passar ao nível do estado. Se as Luzes são desigualmente distribuídas, e não tem servido para o esclarecimento e afirmação de direitos e deveres para os cidadãos, se faz necessário uma ação que extrapole a vontade individual da sociedade civil no que tange a organização da educação. A solução é de natureza jurídica, como a cidadania de Rousseau. Assim, para modificar a natureza da extensão das Luzes, é preciso fazer da educação pública um "affaire" específico da cidadania. Para ser vontade de direito, a educação não poderia ser uma política social, no sentido que hoje damos ao termo, ela deveria ser uma política pública, ou seja, vontade geral institucionalizada. Em sua finalidade institucional, a educação pública não visa o indivíduo como entidade abstrata, seu objeto é o cidadão e o movimento de sua difusão e de seu funcionamento devem obedecer aos imperativos da vontade geral.<sup>27</sup> Esse movimento que vai da vontade de todos à vontade geral revela que o defeito mais grave é pensar a educação apenas em termos de sociedade, de vontades particulares, e não em termos de direitos, o que a torna a

<sup>27</sup> Kintzler, Catherine. Condorcet, L'Instruction Publique et la naissance du citoyen. Paris, Folio, 1987, p. 145

educação- cega em relação ao mundo da cidadania .Dessa forma, o estado assume a responsabilidade pela extensão das Luzes , necessária ao desenvolvimento da cidadania e base para o exercício da soberania. No Premier Mémoire Condorcet nos diz: "é um dever da sociedade oferecer a todos os meios para adquirir os conhecimentos aos quais, a partir de sua capacidade e de seu tempo, eles podem empregar para se instruir."<sup>28</sup> Isto anuncia e inaugura uma era que buscou construir uma educação pública como direito do cidadão e dever do estado. A instrução necessita do aparato jurídico e não do social, porque ela é liberdade pública, fundamento para o exercício da soberania, e não liberdade privada. Ela pertence aos poderes públicos, e cabe a ele garantir a homogeneidade, o desenvolvimento e a proteção<sup>29</sup> .Partindo de uma definição de liberdade corrente no século XVIII, tributária da filosofia racionalista que coloca a liberdade vinculada a um modelo racional de saber, ele pensa a instrução pública dando corpo a liberdade, em função de desenvolver a racionalidade necessária a liberdade política e a autonomia racional na qual o sujeito se apreende e exerce sua soberania<sup>30</sup>

Para assegurar os meios para o exercício da liberdade, assim pensada, é preciso que eles existam como medidas gerais da república." O homem livre que se conduz por ele mesmo tem necessidade das Luzes que um escravo que se abandona a conduta de outro: aquele que escolhe seus guias que aquele que o acaso lhe dá. Faça todas as combinações possíveis para assegurar a liberdade, se elas, mas se as Luzes não chegarem aos cidadãos, todos os esforços serão inúteis."<sup>31</sup> É o espaço público se torna a passagem, o caminho em direção a uma igualdade real para a igualdade política<sup>32</sup> ..A república mesma que assume essa responsabilidade , já que antes de ser uma forma política ela é o direito imprescritível ofertado a cada um de ser instruído com o consentimento de todos. Pode-se pensar todas as combinações possíveis , mas se elas não estão gravadas no coração jurídico da república será em vão, pois que não se pode deixar a construção da liberdade ,via educação, a mercê da boa vontade dos cidadãos, ou mesmo de associações, que ficam sempre vinculadas a uma vontade particular. "Assurer à chacun d'eux la facilité de perfectionner son industrie, de se rendre capable des fonctions sociales, auxquelles il a droit d'être appelé, de développer toute l'étendue de talents qu'il a reçus de la nature;et par là

<sup>28</sup> Condorcet.Premier Mémoire Sur L'Instruction Publique : Nature et Objet De L'Instruction Publique. Paris, Klincksieck, 1989,parágrafo 3 p.39

<sup>29</sup> Condorcet. Cinq mémoire Sur L'Instruction Publique. Apresentação , notas ,bibliografia e cronologia por Charles Coutel e Catherine Kintzler. Paris,Flammarion.1994,p.27

<sup>30</sup> Kintzler. Op. Cit. P.147

<sup>31</sup> Condorcet. Quatrième Mémoire:Sur

<sup>32</sup> ----- Op. Cit. p.235

établir, entre les citoyens une égalité de fait, et rendre réelle l'égalité de fait et rendre réelle l'égalité politique reconnue par la loi: tel doit être le premier but de une instruction nationale; et sous ce point de vue, elle est, pour la puissance publique, un devoir de justice."<sup>33</sup> O estado precisa garantir uma distribuição de escolas pelo território nacional, pois a educação garante os direitos elementares. Para o nosso autor nada mais razoável e legítimo do que a instrução pública para garantir esses direitos. Para a república não seria apenas uma ação do ponto de vista estritamente educacional, seria também um princípio de economia, vinculado a uma idéia de progresso a medida em que uma máquina de instrução é capaz de ao mesmo tempo que propõe uma elaboração sistemática do saber e evitar o gasto inútil por parte dos sujeitos que instruí o custoso esforço de reativar o conhecimento em sua totalidade. Dessa forma a instrução pública se torna uma síntese a meio caminho entre o passado e o futuro, no sentido em que o saber elaborado existente circula entre os cidadãos e ao mesmo tempo essa circulação enseja o progresso da ciência. Existe no interior dos CINQ MÉMOIRE "três grandes aprendizagens: 1ª A aprendizagem dos saberes elementares no interior de uma história geral da razão humana, isto é, a exigência epistemológica-didática da educação pública. Cada mestre deve dominar os saberes necessários para conhecer o mundo e instruir os seus alunos. 2ª A aprendizagem da cidadania esclarecida e dos direitos dos homens: é a educação cívica indispensável à revisão racional dos enunciados jurídicos. 3ª A aprendizagem do sentimento de humanidade: cada direito deve ser explicitado pelo dever que lhe corresponde."<sup>34</sup> Para Condorcet era clara a necessidade, na elaboração de uma teoria da instrução pública de oferecer instrumentos de trabalho para os alunos e mestres

A teoria da instrução pública, tal como a pensou Condorcet, vai muito além do que uma fórmula de acesso do cidadão a escola pública, é na verdade o estabelecimento de uma relação do cidadão, do indivíduo com o grande edifício do conhecimento, instruir-se e cultivar-se contribuem para a estima de si e ao amor a humanidade. Para isto é necessário evitar a relação incestuosa com o poder político, de forma a não transformar essa relação com o conhecimento em uma mera construção ideologizada. "É algo de muito importante que a nomeação daqueles que são encarregados do ensino e que têm por alvo o progresso das ciências seja feita independente do poder

<sup>33</sup> Condorcet. Rapport et Projet de Décret sur L'organisation générale de L'instruction Publique. Apresentado a Assembléia nacional, em nome do Comitê da Instrução Pública, por Condorcet. Paris L'Harmattan, 1994, p. 132

<sup>34</sup> Condorcet Cinq Mémoire Sur l'Instruction Publique. Apresentação, notas bibliografia e cronologia por Charles Coutel e Catherine Kintzler. Paris, Flammarion, 1994, p.11-12

público."<sup>35</sup> As implicações destas palavras são evidentes quando da separação do poder político e o progresso da ciência. "Em geral todo poder, de qualquer natureza, em qualquer mão que tenha caído e de qualquer maneira que tenha sido conferido, é naturalmente inimigo das Luzes."<sup>36</sup> É preciso separar as competências e reconhecer as dificuldades. Governantes, mestres pesquisadores, funcionários, ministros, são "naturalmente" antagônicos. O problema para Condorcet surge quando não existe um canal através do qual essa difícil relação flua, ou seja, quando ela é institucionalmente impossível. A difícil relação entre intelectuais e o poder é salutar para a sociedade desde que existam mecanismo legais que garantam essa liberdade Também quando pensa a escolha dos mestres ele propõe um sistema independente do estado, de forma que realmente o ensino público possa se concretizar como uma forma específica de relação com o saber, e não como, meramente, o lugar da produção da verdade oficial, do governo. Isto garante à instituição uma legitimidade, à medida em que ela não se confunde com a vontade individual, ou particular ou política. À medida que o mestre está a serviço da cidadania, e uma vez nomeado, ele se torna funcionário e gozará de um estado permanente, que pode ser rompido mediante processo penal. O mestre não deve aceitar remuneração de particulares. Na Esconde Memore, que trata da instrução aos jovens ele diz: "os mestres devem ser pagos pelo tesouro público"<sup>37</sup>. E porque motivo o mestre não deve receber honorários de seus alunos? Ele explica: "Primeiro porque a instrução não é somente útil às famílias que as gozam, mas ela é para todos os cidadãos, e, segundo, porque a instrução necessária a todos deve ser gratuita"<sup>38</sup>. É a universalidade do cidadão que faz da instrução pública uma instituição de direito e não uma máquina do poder. Condorcet nunca fala em educação nacional, mas em educação pública, já que a educação não é para fazer o homem voltar-se à família, às suas origens, à religião de seus pais. Quando se refere às formas de ensinar, ele deixa o mestre livre, mas interdita três tipos de comportamento, que estão em moda. Não se pode fundar sobre a afetividade, o entusiasmo, a sedução, humilhação ou o terror, desprezando o carácter racional da criança. Em uma longa nota que aparece no Rapport et projet de décret<sup>39</sup> mostra suas diferenças em relação a uma educação que se funda sobre a autoridade e no sentimento, que se confunde com socialização, com a moral Mostra também

<sup>35</sup> -----, Cinquième Mémoire, p. 261 in CINQ MÉMOIRE SUR L'INSTRUCTION PUBLIQUE. Paris, Flammarion, 1994

<sup>36</sup> -----, Op. Cit. p.261

<sup>37</sup> -----, Seccnde Mémoire..., p.175

<sup>38</sup> -----, Op. Cit.p.176

<sup>39</sup> Condorcet? Rapport et projet de Décret Sur la organisation générale de l'Instruction Publique. In La Leçon de Condorcet. Joffre Dumazedier. Paris, L'Harmattan, 1994. nota 1, p. 145

sua aversão a toda forma de cultos, quaisquer que sejam. O que ele deseja é uma educação a serviço do desenvolvimento no indivíduo de uma razão universal.

O que se nota na obra de Condorcet é um esforço intelectual para criar uma teoria moderna de educação como razão pública, pois criou uma teoria que abolia a distinção entre um ensino para os pobres e outro para o povo, a medida que aceitou tratar conjuntamente os problemas da pobreza e da educação. Ele rompe o círculo Kantiano de um espaço público reduzido aos homens letrados<sup>40</sup>, a medida que buscou via sua teoria combater a produção da desigualdade pela educação: todos deveriam ter a possibilidade de desenvolver suas capacidades, o que tornaria real a igualdade política. Também extrapola os salões da aristocracia e os cafés, espaços de natureza privada, inícios de uma esfera pública burguesa<sup>41</sup>, para fazer do sujeito coletivo, o cidadão, o centro do novo espaço público, e da educação o lugar de aprendizado de uma razão universal.

---

<sup>40</sup> Em Kant o tema da constituição do espaço público moderno aparece com ênfase em duas obras: Resposta à pergunta: Que é esclarecimento e A Paz Perpétua. Quanto a função da educação na modernidade ver Da Pedagogia

<sup>41</sup> Sobre a constituição do nova sociabilidade pública burguesa ver o livro de Habermas, Jurgens. Mudança estrutural da esfera pública.